

Else Øyen

PRODUÇÃO DA POBREZA

Um enfoque diferente para entendê-la¹

Podemos dizer que o entendimento e a pesquisa sobre a pobreza passaram ao longo do tempo por três fases: o contar histórias estereotipadas; depois os estudos com um foco direcionado à pesquisa do desenvolvimento, e recentemente a produção de conhecimento sobre a redução da pobreza. As condições são propícias para o início de uma nova fase, a do entendimento dos processos que produzem a pobreza e continuam produzi-la em um ritmo tal que as atuais ações de redução da pobreza não conseguem manter o mesmo ritmo, quanto mais superá-lo. O desafio consiste em dar visibilidade à produção da pobreza e colocá-la na pauta da pesquisa científica.

A PRIMEIRA FASE: contar estereótipos

A pobreza sempre esteve entre nós. Ela assumiu variadas formas em diferentes contextos culturais e sua extensão variou ao longo do tempo e entre diversas culturas. Como todas as sociedades estão estratificadas de acordo com algum tipo de critério, a consequência é que alguém sempre terá que estar na ponta inferior da escala. Depende da definição de pobreza de cada sociedade se esta camada na base da pirâmide social representa a pobreza e se as pessoas que a compõem são consideradas pobres.

As pessoas na base da hierarquia tendem a ser excluídas no sentido de que elas dispõem de menos recursos considerados desejáveis naquela sociedade, sejam estes recursos ativos tangíveis, como renda, água e educação, ou intangíveis, como prestígio, acesso à informação ou ao mercado matrimonial. As camadas superiores dispõem não apenas de acesso mais amplo aos recursos desejáveis, como tendem também a ter maior controle sobre aqueles que estão nas camadas mais abaixo. Este controle não precisa ser necessariamente físico. Ele tende a ser moral no sentido de que as camadas mais altas defendem o direito de elas definirem o que se considera bom ou mau comportamento, o que é certo ou errado em termos de normas sociais, e o que é melhor para a sociedade como um todo.

¹ Tradução e adaptação por Markus Brose, autorizada pela autora. Artigo disponível em www.crop.org. Originalmente publicado como capítulo em: Genov, Nicolai (Ed.). *Advances in Sociological Knowledge over a Half a Century*. Paris: International Social Science Council, 2002.

Uma tal estratificação faz parte do contexto social no qual as pessoas vivem e cada uma precisa lidar com ela de alguma forma, seja concordando ou discordando, e assim incorporá-la em seu mapa cognitivo. Ao longo do tempo formam-se imagens populares sobre pessoas pobres e suas vidas, assim como sobre outros fenômenos sociais. Estas imagens originam palavras que descrevem pessoas pobres, como elas se comportam, como se acredita que elas se comportam e como deveriam se comportar. Estas imagens e palavras não descrevem necessariamente a verdade. A necessidade das camadas mais altas da sociedade de se distanciarem das camadas abaixo delas desvirtuou estas descrições. Assim, as descrições sobre as camadas na base da hierarquia social não tendem a ser muito gentis. Isto faz parte tanto do processo de auto-identificação de grupos sociais como da tentativa do indivíduo de apresentar a si mesmo mediante uma descrição a mais positiva possível. As pessoas das camadas inferiores da sociedade raramente estão em condições de se defender e mudar os estereótipos criados sobre elas. Esta constitui a essência de sua posição de baixo status. Aqueles com status superior tem maior impacto sobre o discurso público. Esta é a essência de sua posição social.

Como resultado temos que as representações populares sobre pessoas pobres e as razões para sua pobreza são majoritariamente negativas. Por este processo desenvolve-se uma imagem crua, em que a construção de estereótipos reduz a possibilidade de uma descrição mais detalhada e realista sobre as causas e manifestações da pobreza. A imagem deturpada é reforçada mediante a repetição de detalhes irrelevantes que são inseridos em histórias contadas tradicionalmente sobre como pessoas pobres se comportam e pensam. Elas tendem a ser descritos como sen-

do um grupo de preguiçosos, sujos, criminosos, pecadores, com muitos filhos, ávidos pela assistência social. Diz-se que pessoas pobres gostam de viver no meio da sujeira, que não gostam de mandar seus filhos para a escola e não sentem necessidade de ascender socialmente. Mesmo o altamente respeitado Relatório Brundtland (1987) ajudou indiretamente a confirmar esta imagem negativa quando descreveu que o comportamento de pessoas pobres amplia a degradação ambiental. O Relatório tomou como ponto de partida uma definição simplista de pobreza. Estudos mais recentes, baseados em uma interpretação mais complexa da pobreza, bem como das relações entre pobreza e meio ambiente, apresentam um quadro bastante diferente e demonstram que o comportamento de pessoas que não são pobres é que degrada o meio ambiente (Angelsen, 1997; Ambler, 1999; Norwegian Research Council, 2002).

A tradição de contar histórias estereotipadas teve continuidade na moderna pesquisa sobre pobreza. Estas histórias fornecem o pano de fundo para o modo como grande parte da pesquisa sobre pobreza é definida, para a interpretação e o uso dos resultados. Uma revisão que fiz dos estudos sobre pobreza nos anos 70 e 80 demonstrou ampla falta de documentação no modo como as hipóteses sobre os pobres foram formadas. Em muitos dos estudos o conhecimento sobre os pobres era dado como já existente. Na medida em que o conhecimento empírico sobre os pobres era raro, preconceitos substituíram os fatos. Em alguns estudos as histórias contadas tradicionalmente foram questionadas, em outros não.

É interessante constatar que a maior parte do conhecimento objetivo, subjetivo, emocional e analítico sobre os pobres e suas vidas está na literatura popular, seja clássica ou moderna, tanto na mídia como nos palcos e nas telas de cinema. Torna-se evidente que o mundo abstrato sobre os pobres pertence aos não-pobres. Também sabemos pouco sobre quais as razões deste fato. Por que os não-pobres se afastam quando confrontados com a pobreza real, mas têm tanto interesse na pobreza abstrata que um mercado literário que descreve e analisa a miséria e movimenta milhões de dólares se mantém ao longo de gerações? Trata-se apenas do medo inerente dos não-pobres de se tornarem pobres, o seu passado, a sua vitória sobre a pobreza, ou é apenas o agradável pano de fundo que ele proporciona para sua vida atual que mantém este mercado ativo? Existem muitas hipóteses aqui que também têm influência na pesquisa sobre pobreza.

O conhecimento teórico sobre pobreza era e continua sendo limitado. Apesar de que "todo mundo" tem sua própria teoria sobre as causas da pobreza, a fundamentação científica para entendermos a pobreza continua frágil. Na realidade as concepções populares sobre quem são os pobres, como eles se comportam e porque eles são pobres pode ser uma das principais razões pelas quais um enfoque científico sobre a pobreza de desenvolve tão lentamente. Não se considerava necessário investir em pesquisa e produção sistemática de conhecimento em uma área na qual as respostas pareciam já estarem prontas.

A fase de contar histórias estereotipadas na pesquisa sobre a pobreza ainda não terminou. Apesar das recentes mudanças e o novo conhecimento existente, a interpretação da pobreza, bem como o uso da pesquisa sobre esse assunto, ainda são dominados pelos estereótipos.

A SEGUNDA FASE: a pesquisa focada nas pessoas pobres e no desenvolvimento

Pode-se dizer que a segunda fase da pesquisa científica desenvolveu-se em duas direções diferentes, se bem que com certa sobreposição: uma com o foco direto nas pessoas pobres e outra com o objetivo indireto de chegar até as pessoas pobres.

O foco nas pessoas pobres procurou superar as deficiências da primeira fase e avançou rapidamente com o Banco Mundial estimulando amplos levantamentos e pesquisas nos anos 70. Os estudos passaram a ser direcionados para a obtenção de informações mais detalhadas sobre as pessoas pobres e as condições nas quais elas vivem. Estudos no nível micro sobre pessoas pobres em favelas urbanas ou comunidades rurais isoladas eram realizados paralelamente aos estudos de larga escala baseados em indicadores nacionais e internacionais. Uma grande quantidade de dados foi sistematizada. Foram coletados novos conhecimentos bastante abrangentes sobre as condições de vida dos pobres, a dimensão e o valor de seus ativos produtivos, a nutrição e saúde das crianças e dos adultos, o acesso – ou a falta de – à educação e políticas sociais, as limitações e oportunidades econômicas, bem como as condições de trabalho em países e regiões pobres.

Parte desta informação demonstra que a formação da pobreza é específica para cada cultura. A extensão e as características da pobreza dependem do contexto cultural que a forma e a define, o modo como as pessoas interpretam sua pobreza, bem como as oportunidades que a cultura e a paisagem organizacional da sociedade oferecem para sair da ou entrar na pobreza. Outra parcela das informações revela aspectos mais universais da pobreza. Por exemplo, pobreza parece ser um fardo maior para as mulheres. Mulheres e meninas pobres são em média ainda mais excluídas que os homens e meninos pobres (Stølen; Vaa, 1991; Heyzer; Sen, 1994). A relação entre pessoas pobres e a sociedade não-pobre, quando analisada por meio dos contatos com autoridades tais como a polícia, a justiça, as prefeituras e as escolas, tende a acentuar sua exclusão. Como uma das conclusões gerais pode-se dizer que tais contatos são negativos no sentido de que as pessoas pobres não sentem que estas instituições contribuem para a solução de seus problemas. Ao contrário, certas instituições públicas tendem a ampliar a sensação de marginalização dos pobres e às vezes são diretamente criminosas na sua relação com os grupos empobrecidos da população (Chambers, 1997; Narayan, 2000).

Organizações do terceiro setor e outras participaram deste processo de coleta de dados. Enquanto parte destas organizações providenciou valiosas informações, outras deturparam ainda mais o quadro com dados tendenciosos. Isto é motivo de preocupação, especialmente quando tais dados são utilizados como base para políticas de combate à pobreza (Tvedt, 1998).

O impacto dos estudos descritivos focados diretamente nas condições de vida de pessoas pobres diminuiu rapidamente nos anos 90. Atualmente pode-se dizer que conhecemos quase que o suficiente sobre pessoas pobres dada a riqueza empírica de muitos destes estudos. Sabemos, porém, muito pouco sobre os processos que originam a pobreza e a mantêm, contudo um dos pré-requisitos para entender estes processos é a base de informações acumuladas na segunda fase da pesquisa sobre a pobreza.

Já a pesquisa sobre desenvolvimento seguiu outra direção. Alguns dos seus fundamentos teóricos já estavam consolidados e partia-se do princípio de que por meio de processos tais como a modernização, a industrialização, o crescimento econômico, o uso da tecnologia na indústria e na agricultura, bem como o investimento em capital humano, as regiões mais pobres estariam em condições de melhorar suas condições de vida. Com esta modernização a melhoria da qualidade de vida dos pobres se daria pelo efeito *trickle down*. O embasamento teórico para este processo é bastante simples, porém em retrospectiva torna-se evidente que as melhorias para os pobres não ocorreram. A realidade é muito mais complexa. Onde as melhorias da economia ocorreram por meio da modernização, forças sociais poderosas dos não-pobres tentaram atrair para si os ganhos dos processos de desenvolvimento. Não havia estruturas insti-

tucionais para a realocação de recursos a favor dos pobres. Inserir pessoas pobres, sem acesso à educação formal ou capacitação na nova esfera econômica mostrou ser mais difícil que imaginado teoricamente. De um modo geral processos locais e direcionados diretamente para as demandas dos pobres tiveram mais sucesso na redução da pobreza que os ambiciosos projetos de larga escala. Dito isto, um dos principais ganhos do ponto de vista teórico foi o conhecimento acumulado sobre processos que originam e mantêm a pobreza.

A pesquisa sobre desenvolvimento se compõe de uma ampla gama de enfoques e diferentes disciplinas, e cada escola a define de modo diferenciado, de tal modo que ela seja adequada ao seu marco conceitual específico. Em um relatório dos projetos de pesquisa sobre desenvolvimento realizados na Noruega no período de 1988 a 1990 estes foram definidos como sendo "projetos relacionados com: países ou regiões em desenvolvimento; relações entre países em desenvolvimento e países industrializados; a situação global sem uma referência específica a uma área geográfica (por exemplo relações Norte-Sul); cooperação com uma instituição de países em desenvolvimento" (Chr. Michelsen Institute, 1990, p. viii). Nos 490 projetos listados neste catálogo predominam as palavras-chave de áreas técnicas, da economia, política e meio ambiente, enquanto apenas quatro projetos utilizam a palavra-chave "pobreza" como identificação do seu conteúdo. Em 2001, a mesma fonte redefine pesquisa sobre desenvolvimento como estudos que são relevantes para o entendimento de processos de mudança e contribuem para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza no Hemisfério Sul, bem como em países em transição, além de contribuírem para a promoção de relações sustentáveis entre o Norte e o Sul (Helland, 2001, p. 1). Uma revisão dos resumos da miríade de artigos e livros produzidos por institui-

ções de pesquisa sobre desenvolvimento em todo o mundo, centros universitários ofertando cursos em estudos do desenvolvimento e organizações de pesquisadores sobre desenvolvimento, demonstra uma variedade de tópicos de pesquisa e de enfoques de tal magnitude que dificilmente podem ser agrupados sob o mesmo guarda-chuva, com exceção do fato de estarem de alguma forma relacionados com o Sul. Pesquisa sobre desenvolvimento deixou de ser um área científica específica para se tornar um rótulo.

TERCEIRA FASE: a busca por estratégias de redução da pobreza

Nos anos 90 a pobreza massificada no Hemisfério Sul passa a integrar a agenda política dos países e agências doadoras no Hemisfério Norte, em parte como resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social realizada pelas Nações Unidas em 1995, pela declaração do ano de 1996 como o Ano Internacional da Erradicação da Pobreza e a década seguinte como a Década Internacional de Erradicação da Pobreza. O relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre desenvolvimento humano, analisando os avanços obtidos em cada país na melhoria da qualidade de vida da população, constitui um insumo importante para esta agenda. A partir do momento que a pobreza foi definida como sendo um motivo de preocupação coletiva, o próximo passo passou a ser a busca por ações de redução da pobreza em larga escala. A pesquisa científica viu-se frente a um novo desafio, o de produzir conhecimento não apenas sobre pessoas pobres, mas sobre estratégias que poderiam levar ao "alívio", à "redução" ou mesmo à "erradicação" da pobreza.

Neste meio tempo o Banco Mundial já havia definido sua estratégia. A resposta seria promover o crescimento econômico em todos os países subdesenvolvidos. Ao longo dos últimos 20 anos o Banco Mundial implementou Planos de Ajuste Estrutural (SAP) na África, Ásia e América Latina, enfatizando estratégias neoliberais de crescimento econômico. Um dos seus muitos objetivos era melhorar a situação macroeconômica dos países pobres e por meio do efeito *trickle down* melhorar também a situação das pessoas pobres. Hoje em dia existe um amplo ceticismo sobre os alegados efeitos positivos dos ajustes estruturais (Caufield, 1996). Os SAP, contudo, originaram um tremendo volume de pesquisas econômicas e o vocabulário dos planos de ajuste, bem como seus objetivos, infiltraram outras disciplinas tanto como o discurso político. Em 2001 o Banco Mundial publicou o "Relatório Mundial de Desenvolvimento. Atacando a pobreza" no qual apresenta um enfoque mais diferenciado sobre o entendimento da pobreza e das estratégias necessárias para reduzi-la. Enquanto o crescimento econômico continua sendo o centro do ataque contra a pobreza, outras estratégias, como reformas no sistema jurídico e no setor público a favor dos pobres, são enfatizadas, bem como a necessidade de reduzir a vulnerabilidade dos pobres no que

concerne aos riscos relacionados com a saúde, as intempéries e a economia. Algumas destas estratégias estão baseadas em pesquisa científica, outras na idéia de que o que funciona no Norte deveria funcionar também no Sul. Com a elaboração dos Planos Estratégicos de Combate à Pobreza (PRSP) espera-se que os governos dos países do Sul elaborem planos nacionais de redução da pobreza (www4.worldbank.org/sprojects).

Os países do Norte deram seguimento a esta nova estratégia com planos nacionais de cooperação e programas de redução da pobreza no Sul. Se por um lado eles tiveram muitas visões de como o futuro destes países deveria ser, por outro houve poucas idéias sobre a operacionalização. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (www.un.org/millenniumgoals/index.htm) seguem o mesmo padrão, como também a Declaração de Johannesburg sobre Desenvolvimento Sustentável (4.9.2002) na recente Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (www.johannesburgsummit.org). Ao longo desse processo as agências doadoras buscaram o contato com pesquisadores e as relações com organizações de pesquisa sobre desenvolvimento tornaram-se fortalecidas. Foram realizadas avaliações sobre estratégias anteriores e testados novos enfoques. Nesse período multiplicaram-se os bancos de dados sobre "boas práticas". Iniciaram-se os mais variados testes de redução da pobreza e comparados internacionalmente, porém as variações no contexto cultural dos resultados positivos das boas práticas raramente foram considerados. Nessas iniciativas foi dada maior atenção a parcerias com o terceiro setor que aos pesquisadores ou ao setor público. Enfoques novos e originais exerceram maior atração que estratégias conhecidas e mais abrangentes, que provaram ser eficientes na tradição do *Welfare State*. O conceito do *Welfare State* não foi considerado e os pesquisadores desta área foram deixados de lado (Øyen, 2002).

Todos os planos de ação a favor dos pobres foram elaborados em um quadro conceitual de harmonia, como se todo mundo fosse favorável à redução da pobreza (Øyen, 1999). Isto é pouco realista. Pesquisadores em pobreza detectaram que um cenário de conflito é mais adequado para sua análise, mas até agora foram pouco ouvidos. Este enfoque não se encaixa em uma política de busca de consenso. Todo tipo de estratégia de redução da pobreza envolve certo grau de redistribuição. Medidas redistributivas raramente são bem-vindas entre aqueles que têm de abrir mão de recursos a favor daquelas pessoas para com as quais elas têm pouca afeição ou confiança.

A QUARTA FASE: pesquisa em processos de redução da pobreza?

Durante as fases anteriores a busca por explicações causais da pobreza fez parte do processo de pesquisa. Como seria de se esperar, não surgiu uma visão única. As explicações causais tendem a seguir a definição de pobreza do projeto de pesquisa – e a pobreza constitui um fenômeno complexo e multidimensional. Até o momento muito pouco esforço foi

feito para entender não a relação entre as causas e seus efeitos, mas o que há de comum nas causas e o modo como elas interagem. Trata-se de um elo que falta no processo de pesquisa e que necessita ser investigado.

Um vocabulário diferente pode estimular esta investigação. No linguajar científico considera-se neutro falar em "causas" da pobreza. Não é neutro, porém, falar em "produção" da pobreza na medida em que este conceito implica em que um certo tipo de ação é necessária para produzir a pobreza. O próximo passo para entender a complexidade da formação da pobreza pode ser analisar tais "ações" e os atores sociais envolvidos no processo. Em um estudo pioneiro (e pouco conhecido) Gans (1973) discute as "funções" positivas da pobreza e ressalta o fato de que existem certos atores sociais que se beneficiam com a manutenção da pobreza. Estes interesses variam entre ganhos econômicos, políticos, sociais e emocionais. Esta é uma visão que contradiz diametralmente o modelo harmônico pelo qual os planos oficiais pró-pobres evitam considerar os conflitos de interesse no país.

Podemos argumentar que chegou o tempo para focar a pesquisa na produção da pobreza e entender melhor as forças que permanecem produzindo pobreza a despeito de todas as estratégias de redução da pobreza até agora criadas. Do mesmo modo pode ser afirmado que a não ser que seja produzido novo conhecimento que permita impedir tais processos de produção da pobreza, ou melhor ainda, reverter-los, haverá pouca efetividade nas ações para contrabalançar essas forças. Nesse caso o processo pode ser comparado ao famoso Passo Lambeth: um passo adiante e dois passos para trás.

A bibliografia científica disponível contém listas de estudos de casos que documentam como diferentes grupos, in-

divíduos, instituições e processos iniciam e mantêm a pobreza. Alguns estudos demonstram como certos atores sociais deliberadamente participam de um processo que cria pobreza massificada ao longo do tempo. O apartheid na África do Sul constitui um exemplo clássico. O sistema de castas na Índia mostra um exemplo diferente de produção estrutural de pobreza. Outros estudos demonstram como um simples ato sem relação com a pobreza pode resultar em produção não-intencional de pobreza. Um comitê regional de recursos hídricos, por exemplo, age de modo racional quando redireciona recursos hídricos de uma área rural de baixa densidade populacional para um conglomerado urbano. Ao mesmo tempo, porém, esta decisão agrava a pobreza na região rural e contribui para uma ampliação da mortalidade infantil e a incidência de doenças pela redução da disponibilidade de água potável para consumo e produção. Quando tentamos interpretar os muitos casos de produção de pobreza tendemos a cair em explicações causais no âmbito de generalizações do tipo forças do mal, ganância individual, decadência moral, paternalismo, determinismo histórico, capitalismo, globalização ou o espírito das corporações multinacionais. Pode ser que seja assim, porém como pesquisadores precisamos de mais se queremos avançar no entendimento da origem de tais forças, em qual contexto elas se ampliam, qual seu impacto direto e indireto na produção da pobreza e os meios pelos quais elas podem ser eliminadas ou redirecionadas.

Esta é uma área importante e difícil de pesquisa que demanda apoio de fora dos círculos acadêmicos se quiser ter sucesso e fazer parte de uma agenda de redução da pobreza. Para alcançar este objetivo é essencial tornar os processos de produção da pobreza mais visíveis e possibilitar que as autoridades, políticos, bu-

rocratas e a sociedade civil saibam que a produção de pobreza existe e que ações para sua redução podem ser infrutíferas a não ser que a produção da pobreza seja interrompida. Nos muitos planos pró-pobres e contra a pobreza apresentados ao longo das últimas décadas, seja em esfera nacional ou internacional, as forças sociais que produzem pobreza às vezes são mencionadas, mas apenas em termos gerais. Isto pode ser porque as relações específicas entre o agente causador da pobreza e a pobreza resultante são conhecidas apenas em termos gerais ou, como mencionado anteriormente, porque não há vontade política para iniciar um conflito no qual fortes atores sociais que produzem pobreza têm de ser enfrentados. Um modelo baseado na harmonia é mais confortável que um modelo fundado no conflito, em especial quando isto significa que atores sociais com objetivos diferentes devem cooperar. Um modelo harmônico tende a privilegiar o consenso do mínimo denominador comum. As declarações finais da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social em 1995, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000 e a Declaração de Johannesburgo de 2002 são claros testemunhos desse princípio.

Identificação dos agentes produtores de pobreza

A produção da pobreza ocorre em todos os níveis da sociedade. Ao nível individual, uma criança pobre está sujeita a uma força produtora da pobreza quando é forçada a abandonar a escola e assim tem diante de si uma vida continuada de pobreza. Usando a linguagem dos Direitos Humanos (Human Rights in Development, draft 2002, parágrafo 179) o "autor do crime" pode ser outra criança que é mais forte e tem acesso a mais recursos, ou um sistema escolar que não oferece os requisitos mínimos para atender adequadamente uma criança pobre. Este pode ser apenas um caso isolado que pode ser descrito como sendo infortúnio individual sem relevância no contexto do estudo da pobreza. Se surgir, contudo, um padrão recorrente e se verifica a ocorrência de muitos destes casos, um forte agente produtor de pobreza está atuando e deve ser identificado para que o processo possa ser revertido. Uma organização como o sistema educacional tem contornos bastante claros e uma linha de comando bem conhecida. Assim, a identificação do agente produtor de pobreza torna-se possível.

Um outro exemplo pode ser uma companhia multinacional de mineração em um país da África Ocidental que produz doenças do trabalho e pobreza por causa de um ambiente de trabalho insalubre, sem oferecer proteção aos trabalhadores, pagando baixos salários, insuficientes para manter as famílias e que demite os trabalhadores que protestam ou se organizam. Diferentes autores do delito em níveis diferentes estão agindo com variados graus de influência e de interação. Para podermos iden-

tificar os atores envolvidos pode ser interessante distinguir entre níveis de autoria do delito. Nesta linha de raciocínio, o primeiro nível de autoria neste exemplo bastante simples é a alta direção da empresa que dá as ordens. Os membros do conselho diretor da empresa formam o segundo nível de autoria do delito. Os acionistas da empresa e sua persistente exigência quanto ao melhor retorno possível sobre o seu investimento constituem o terceiro nível de autoria. Mesmo não estando diretamente na linha de mando, o governo que se abstém de intervir no setor da mineração a favor dos seus cidadãos que ali trabalham também faz parte do processo de produção da pobreza por omissão.

Um outro exemplo pode ser encontrado em uma das características mais universais da pesquisa sobre pobreza, que já foi mencionada anteriormente: que "a pobreza pesa mais sobre as mulheres". Em certas culturas as mulheres fazem todo o trabalho físico, enquanto os homens controlam os rendimentos deste trabalho e mantêm assim as mulheres na pobreza. Em certas culturas o fenômeno da subnutrição feminina se dá pelo fato de os homens terem acesso à melhor parte dos alimentos disponíveis. Neste caso homens e pais podem ser identificados como o primeiro nível de autoria do crime. O contexto cultural no qual eles aprenderam a se colocar em primeiro lugar poderia ser identificado como sendo o mandante. Admito que a linguagem que expõe estas realidades não é muito agradável.

Estes são apenas alguns entre dezenas de milhares de exemplos, alguns dos quais bem documentados por meio da pesquisa científica. Algumas das forças produtoras da pobreza são simples, no sentido de que é necessário identificar apenas o primeiro autor do crime, pois ele sozinho é responsável por todo o processo de produção de pobreza. Outras são mais complexas de serem identificadas porque elas possuem uma longa linha de mandantes, alguns dos quais fazem parte de redes paralelas, nas quais outras forças de produção da pobreza estão agindo.

A identificação dos autores e seus mandantes é crucial, pois permite passar ao largo das "causas" generalistas da pobreza e apontar para atores sociais concretos que estão envolvidos na produção da pobreza. Desse ponto de vista não é suficiente registrar genericamente em um plano de combate à pobreza que seria necessário resolver os problemas de subnutrição e dos ambientes insalubres de trabalho. É fundamental identificar os autores destas condições e lidar com eles, sejam indivíduos, grupos, instituições ou tradições culturais nocivas. Apesar de ser possível traçar um paralelo com o sistema Judiciário, no qual os autores dos crimes são identificados e trazidos frente à lei, o objetivo aqui é diferente. O objetivo da pesquisa é a identificação que permita a produção do conhecimento necessário para a intervenção política. O objetivo da política pública deve ser o término da força destrutiva. O conceito de justiça entra apenas em relação à justiça para os pobres. A punição dos autores e mandantes pode ser de interesse especialmente para as políticas

públicas, na medida em que pode ser visto como um instrumento de ampliação da visibilidade e de prevenção da pobreza futura. Pode-se argumentar que a punição está embutida no dismantelamento das forças de produção da pobreza e que os autores e mandantes são obrigados a abandonar os privilégios e benefícios obtidos com a produção da pobreza.

Produção não-intencional e direta de pobreza

Agentes de produção de pobreza também podem ser descritos e classificados de acordo com a consciência que detém acerca dos efeitos nocivos que suas atividades têm sobre outras pessoas, suas intenções com esta atividade, os benefícios obtidos com a produção da pobreza e os interesses ocultos que eles têm na manutenção destas atividades. Os resultados de uma análise deste tipo fornecem um indicador do seu poder como produtores de pobreza.

É possível argumentar que a maior parte da produção de pobreza não é intencional. Vejamos o exemplo da produção cotidiana de pobreza da qual todos nós participamos. Ela provavelmente tem uma dimensão maior que a soma de todas as demais atividades de produção de pobreza. Isso acontece apesar do fato de que a maioria da população que não é pobre tem pouco interesse em ampliar a pobreza, e talvez até invista recursos consideráveis em ações para combatê-la. Mesmo assim tais sociedades continuam criando instituições na esfera de interesse dos não-pobres e de acordo com a forma majoritária de pensamento. Sistemas educacionais são criados para atender às demandas das crianças e estudantes não-pobres, sistemas de transporte são criados para atender car-

ros e aviões, espaços públicos são planejados para servir aos não-pobres, o sistema bancário é organizado segundo os interesses daqueles que têm dinheiro, o crescimento industrial contínuo exige constantemente novas habilidades e a produção de equipamentos de tecnologia mais sofisticada, sistemas de saúde sofisticados e extremamente caros são priorizados, etc.

Pode-se dizer que em geral grande parte dos recursos públicos e privados são investidos em uma infra-estrutura social que ignora as necessidades das pessoas que já se encontram marginalizadas, enquanto instituições de todo o tipo são criadas segundo as normas e necessidades dos não-pobres que definem as prioridades segundo seus próprios interesses. Muitas destas atividades não beneficiam os pobres, a não ser que se acredite fortemente nos rápidos efeitos do *trickle down*. Na verdade parte destas atividades é direta ou indiretamente danosa aos pobres. As estradas e indústrias poluentes que os não-pobres não querem em sua vizinhança são construídos nas áreas afastadas e baratas onde moram os pobres (Wratten, 1995). Recursos hídricos escassos são canalizados e levados até aqueles que podem pagar por eles. A demanda dos não-pobres por serviços de saúde de alta tecnologia são atendidos à custa dos centros de saúde preventivos descentralizados que poderiam atender grande número de pobres (Who, 2001). Os servidores que trabalham no Judiciário e no Executivo tendem a prestar melhores serviços para pessoas que falam e se vestem da mesma forma que eles, etc.

Os exemplos são numerosos e no seu conjunto eles se somam para formar um processo de produção de pobreza invisível, massivo e não-intencional. Neste processo nós todos somos autores e mandantes. Este tipo de produção de pobreza só pode ser reduzido ou revertido se todos os

cidadãos tomarem consciência dele e sentirem a necessidade de modificar algumas das atuais prioridades. Um dos muitos obstáculos em mudar esta produção de pobreza está no fato de que a maioria destas atividades se encontra dentro dos limites da legalidade e da legitimidade. Por este motivo os argumentos a favor de um comportamento mais favorável aos pobres à custa de menos favoritismo para os interesses dos não-pobres devem se basear em razões morais e nos interesses dos não-pobres. Tradicionalmente os ricos mantiveram a capacidade de viver em enclaves, protegidos do contato com os pobres mediante instituições sociais, divisões geográficas e cercas. Na medida em que as sociedades se igualem tais proteções podem se tornar parte de privilégios ultrapassados.

A produção direta da pobreza tem outro caráter. Alguns agentes têm uma intenção forte em manter a pobreza. Novamente os exemplos são abundantes. Existem ditadores e elites cujo poder se baseia na falta de acesso da população empobrecida à educação e na dificuldade de mobilizar a resistência. No momento o Zimbábue representa um exemplo sinistro, no qual a pobreza é induzida politicamente e a falta de alimentos é instrumentalizada para enfraquecer a oposição. Na América Latina pessoas ricas têm uma tradição em se utilizarem de um eleitorado parcialmente pobre para chegar a um cargo político. Um eleitorado com acesso à educação e informação poderia escolher outros candidatos. As indústrias realocam sua produção para países pobres, onde dispõe de um fluxo constante de pessoas pobres e desorganizadas que aceitam qualquer tipo de salário. As despesas destas empresas cresceriam consideravelmente se os direitos internacionais do trabalho fossem respeitados. Produtores de frutas nos EUA dependem de mão-de-obra pobre e migrante durante a safra. O nível de vida das elites em países árabes se baseia na exploração do trabalho de mulheres pobres migrantes de países pobres. Boa parte da produção de pobreza aqui apresentada é visível e os autores podem ser identificados. Alguns deles operam dentro da lei, enquanto outros ignoram as normas jurídicas. Pode-se dizer que em geral os direitos dos pobres não são respeitados ou protegidos. Para boa parte desta produção de pobreza não existe um marco legal que permita seu controle. Acordos e recomendações internacionais sobre direitos trabalhistas da OIT e os direitos da infância da Unicef são ignorados, assim como os direitos individuais da Declaração dos Direitos Humanos.

A produção da pobreza também ocorre por meio de guerras, epidemias ou desastres naturais. As pessoas empobrecem nestas catástrofes pela perda de seu patrimônio, da infra-estrutura, das pessoas das quais elas dependem ou pela necessidade de abandonar tudo e se tornar um refugiado. Pessoas pobres são especialmente vulneráveis. Parte de sua pobreza reside em que elas estão menos protegidas, seja qual for a situação, e que dispõem de menos recursos para lidar com situações inesperadas. As guerras no Afeganistão, nos Bálcãs e em Ruanda criaram pobreza maciça. Parte desta pobreza não foi intencional, mas fazia parte do risco calculado de que a população civil iria sofrer. Outra parcela da pobreza

foi intencional e fazia parte da estratégia de guerra, em especial nos conflitos étnicos. O inimigo deveria ser combatido não apenas com armas, mas também com a destruição de todas suas posses, fossem estas patrimônio, segurança pessoal ou identidade cultural. Alguns destes eventos estão sendo trazidos para a esfera da Justiça. Autores e mandantes estão sendo definidos não somente pela sua participação direta nas violações, mas de acordo com sua posição na hierarquia militar ou paramilitar.

As catástrofes naturais constituem um cenário diferente. Não há intenção de produção da pobreza nem um autor direto do crime para ser identificado, apesar do fato de as catástrofes naturais criarem pobreza e atingirem os pobres de modo mais severo que aos não-pobres. Mesmo assim, pode ser argumentado que aqueles que foram responsáveis em não tomar medidas preventivas para o caso do desastre, partindo do princípio de que é possível prevenir, e aqueles que foram responsáveis pela falta de apoio adequado após o desastre, podem ser vistos como autores secundários ou terciários da pobreza.

Tornando visível o impacto da produção da pobreza visível

Identificar agentes causadores de pobreza e tentar descrever suas atividades e benefícios constitui apenas um passo adiante em um entendimento mais amplo sobre o impacto da produção da pobreza. O próximo passo consiste em entender a natureza específica e a extensão da produção da pobreza. Significa, entre outros, tornar o impacto da produção da pobreza mais visível mediante a pesquisa científica e de novos tipos de dados, bem como estimular um discurso baseado na pesquisa e em um enfoque mais adequado para o entendimento da pobreza. A bibliografia científica começa a tratar da produção da pobreza e estudos de diferentes disciplinas estão disponíveis. Ainda falta neste ponto, contudo, um enfoque amplo pelo qual seja possível comparar análises de diferentes países e setores diversos. Os muitos bancos de dados sobre “melhores práticas na redução da pobreza” (Hvoslef-Krúger, 2002) precisariam de bancos de dados complementares sobre “as piores práticas na produção da pobreza”.

Um banco de dados sobre os piores casos tornaria mais visível não apenas a produção de pobreza e suas forças causadoras, ele também possibilitaria a formulação de novas perguntas e o desenvolvimento de estratégias mais impactantes para contrabalançar a produção da pobreza. A comparação entre diferentes países constitui uma ferramenta analítica fundamental para identificar padrões de comportamento que podem passar despercebidos em estudos nacionais em que o contexto é conhecido. Comparações podem tornar mais fácil perguntar porque um certo comportamento é aceitável em certa cultura e rejeitado em outra? Sob

quais condições atua uma força agressiva de produção de pobreza? Há experiências similares em outros países que abandonaram estas práticas? Quais foram as condições e intervenções necessárias para abandonar tais costumes? Quais os principais atores envolvidos na produção da pobreza e qual a base para seu poder? Quais são seus aliados? É possível identificar uma linha de mando de autores? Quem são as vítimas? Que tipo de pobreza é criada? Quanta pobreza é criada e há quanto tempo? Quais os custos sociais desta produção? Há ganhos sociais? Se sim, como eles podem ser utilizados para reverter a produção da pobreza? Qual o embasamento moral e ético utilizado para a produção continuada da pobreza? Quais os ganhos sociais e econômicos da produção da pobreza, além dos benefícios diretos para os autores? Os autores têm consciência do impacto que causam com suas atividades sobre as pessoas pobres? Eles criaram uma fundamentação moral para suas atividades que os exime da culpa? Que diferença faz um determinado marco jurídico na comparação entre dois países? Qual o impacto que a nova pressão internacional por maior transparência e legitimidade dos governos em países pobres terá sobre produtores de pobreza fora da esfera estatal?

As perguntas parecem infundáveis, pois há muito que ainda não sabemos sobre um lado importante de nossa sociedade. Aqui os pesquisadores enfrentam um enorme desafio em uma nova área de pesquisa se quisermos que as respostas possibilitem uma redução eficiente da pobreza.

Outro modo para tornar a produção da pobreza visível consiste em desenvolver um sistema oficial de estatísticas que registrem processos de produção da pobreza e seus efeitos. No momento este tipo de dado não está disponível. Existem

elementos agregados em certas estatísticas nacionais, e ao nível internacional o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Pobreza Humana publicados anualmente pelo PNUD (UNDP Human Development Report, 1997) são importantes, mas representam um quadro estático da situação atual da pobreza e exclusão em certo país em um ano específico. Os processos que estão por trás destes dados podem apenas ser inferidos, e não é possível identificar a partir destes dados onde e como a pobreza é produzida.

Metodologicamente não será fácil desenvolver indicadores confiáveis e válidos que sejam dinâmicos e apontem diretamente para a produção da pobreza. Necessitamos de muito mais informações acerca dos processos de produção de pobreza e seus impactos antes que um cenário deste tipo possa se concretizar. Apesar disto não deveríamos abandonar a idéia. Bons indicadores criados para a produção industrial fazem parte das estatísticas oficiais de muitos países. Talvez eles possam servir de exemplo. Tais indicadores são considerados como sendo relevantes e necessários para que se entenda a economia nacional e seja possível planejar o desenvolvimento futuro. A produção de pobreza precisa do mesmo tipo de indicadores, especialmente frente ao argumento de que processos de produção de pobreza são danosos ao desenvolvimento nacional, por exemplo, a partir do debate sobre investimento em capital social como um instrumento para a promoção do crescimento econômico. Tomadores de decisão dependem deste tipo de informação se quiserem promover intervenções a favor dos pobres. Os pesquisadores irão se beneficiar deste tipo de informação como base zero para seus estudos.

Do ponto de vista político a identificação da produção da pobreza não é algo simples. Os agentes produtores da pobre-

za que se beneficiam desse processo podem não estar interessados em maior transparência e nas mudanças decorrentes de uma maior visibilidade de suas atividades. Não se deve, entretanto, subestimar o fato de que alguns destes agentes não têm plena consciência dos impactos negativos de suas atividades.

Do ponto de vista operacional a identificação da produção da pobreza também não é fácil. Existem grandes lacunas nas estatísticas oficiais nos países do Sul. Como regra geral pode ser dito que quanto mais pobre o país, mais pobres são as estatísticas disponíveis sobre ele. Não são, porém, apenas os países pobres que irão necessitar de novos dados em suas estatísticas.

Parte do processo consiste também em fazer visíveis as conseqüências se a velocidade dos atuais processos de produção da pobreza não for interrompida. Do ponto de vista dos pobres nós sabemos bastante sobre as conseqüências, seja por meio de estatísticas sobre a mortalidade infantil, doenças, subnutrição, violência, exclusão dos direitos básicos e a vida em exclusão social. A documentação é farta. Pelo modo de considerar dos não-pobres sabemos muito menos acerca das conseqüências das diferentes atividades de produção da pobreza e a existência de um alto percentual de pessoas pobres em certo país ou região. Existem indivíduos e instituições que se beneficiam com a produção da pobreza e da existência de um determinado grau de pobreza na população. Não sabemos qual a parcela da população diretamente envolvida na produção da pobreza, nem qual a dimensão dos seus benefícios daí decorrentes. Em geral os não-pobres tendem a defender visões diferentes sobre as conseqüências da produção da pobreza e a pobreza continuada. Alguns querem reduzir a pobreza por medo da taxa de criminalidade, doenças contagiosas e rebeliões. Outros temem a decadência moral da sociedade por esta permitir que grande parte da população viva na miséria. Outros irão lamentar a perda de mão-de-obra e consumidores em potencial quando a maioria não tem acesso à educação. Outros não vêem os pobres e aceitam a realidade tal como ela é.

A necessidade de um novo discurso

Necessitamos com urgência de um novo discurso sobre a pobreza que desafie aqueles que predominaram nas últimas décadas. Parte do processo de introdução de um novo discurso consiste em analisar os anteriores visando entender melhor seus objetivos e funções. Discursos não surgem por acaso. Eles podem ser vistos como a expressão de interesses ocultos, seja por motivação política, econômica ou intelectual. Para entendê-los melhor é necessário fazer perguntas do tipo: por que um certo discurso foi iniciado, quem teve a iniciativa e qual o seu impacto sobre a argumentação dos estudos científicos? Quais os interesses que estão por trás e por que certos argumentos se tornam tão poderosos

que dominam tanto nosso modo de pensar como a escolha das perguntas que fazemos em nossas pesquisas? Por que certos enfoques e estratégias são reforçados, enquanto outros são escondidos? Por exemplo, o conceito de 'capacidades' estabelecido em 1980 por Amartya Sen levou duas décadas para fazer parte de um discurso antes dominado por conceitos econômicos, sendo então assimilado e transformado por poderosos agentes sociais (St. Clair, no prelo). Quem adota certo discurso e por quê? Qual o impacto do discurso nas políticas públicas? Quanto esforço é feito para manter o discurso vivo? Quem são os beneficiários de um certo discurso e, tão importante quanto, quem está excluído deste discurso? Lamentavelmente a história das idéias e do entendimento filosófico da pobreza ainda não foi escrita.

Parte do mesmo processo consiste em questionar as ações oriundas de um certo discurso e demonstrar se elas têm ou não validade. Nesse contexto um conceito chave é a transparência, e cabe aos responsáveis pelas estratégias de redução da pobreza o ônus da prova da validade de suas ações. Eles têm que ser mantidos responsáveis pelos resultados dos seus pontos de vista. Por exemplo, aqueles que defendem de forma dogmática o efeito *trickle down* devem documentar seus efeitos: quem se beneficia desta teoria, o quanto se beneficia, quanta pobreza é eliminada com esse enfoque e quanto tempo é necessário até que os seus efeitos positivos sejam visíveis? Da mesma forma os pressupostos dessa teoria devem ser conhecidos. O principal ator do atual discurso, o Banco Mundial, deve assumir responsabilidade pelas estratégias que implementou ao longo do tempo e o fervor com o qual ainda defende o crescimento econômico. O ônus da prova deve ser do Banco, que tem a responsabilidade moral e os recursos necessários para analisar as conseqüências de suas ações. Tanto pesquisadores individuais como centros de pesquisa externos ao Banco vêm argumentando que o crescimento econômico pode reduzir certa pobreza, mas também produz novos tipos. A predominância do assim chamado "Consenso de Washington" vem sendo questionada por análises mais detalhadas (Caufield, 1996; ISSJ, 2000; Dagdeviren, van der Hoeven; Weeks, 2001; Bigsten e Levin, 2001; Stiglitz, 2002). O Banco tem se mostrado relutante em responder a tais questionamentos e seu discurso continua a dominar os meios científicos e políticos.

A promoção da democracia como uma estratégia de redução da pobreza serve como outro exemplo de um elemento incompleto em um discurso dominante. A democracia, um ícone ocidental, é defendida tanto por organizações internacionais como por pesquisadores como sendo uma estratégia central para a mobilização das pessoas pobres que então poderão melhorar suas condições de vida. Porém também a democracia como uma estratégia central de redução da pobreza deve ser questionada. Em algumas das maiores democracias do mundo, tais como os Estados Unidos e a Índia, a pobreza vem se ampliando e os pobres vivem à margem da sociedade não-pobre. A democracia de estilo ocidental pode

ser uma condição necessária, mas na sua forma atual não é suficiente para a redução da pobreza. Neste contexto os conceitos de participação e cidadania precisam ser repensados.

Um novo discurso sobre a produção da pobreza e os seus diferentes efeitos constitui um resultado do conhecimento advindo da pesquisa baseada em fatos concretos sobre produção da pobreza não-intencional e direta. Uma segunda prioridade está na tentativa de desenvolver uma nova linguagem alicerçada em conceitos mais adequados que retratem a produção da pobreza de forma realista. Os pesquisadores precisam de novas ferramentas para trabalhar. Uma terceira prioridade consiste em uma revisão crítica do discurso dominante que descreve a pobreza em uma linguagem paracientífica que encobre as principais forças produtoras da pobreza. Uma quarta prioridade é o enfoque que revê os estereótipos contados sobre os pobres, ignora soluções ineficazes e duvidosas do combate à pobreza e repudia a retórica vazia acerca dos pobres. A última prioridade no discurso é o direito de revirar cada pedra sem ser impedido de fazer as perguntas e coletar as informações necessárias, doa a quem doer, e entender as dimensões e os impactos da produção da pobreza. Os parceiros para um amplo discurso como este serão a sociedade civil, a mídia, o governo, as igrejas, a indústria, o sistema de formação profissional, os movimentos políticos, as organizações comunitárias, os sindicatos e todos os atores interessados.

O discurso perde sua validade se for transformado em uma caça às bruxas, apesar de que alguns sejam tentados a fazer exatamente isto. Não deveria ser um discurso a ser apropriado apenas pela esquerda tentando combater as forças neoliberais. Este discurso tem um âmbito muito maior e deveria servir como ferramenta

para a ampla troca de informações e a interpretação das forças indesejáveis que destroem vidas e o futuro de milhões de pessoas. Ele deveria estimular a busca por estratégias que coloquem um fim a práticas que contrariam os princípios da Declaração dos Direitos Humanos – como um primeiro passo rumo à efetiva erradicação da pobreza.

Referências

- AMBLER, John. *Attacking Poverty while Improving the Environment: Towards Win-Win Policy Options*. New York: UNDP, 1999
- ANGELSEN, Arild. The Poverty-Environment Hypothesis: Was Brundtland Wrong? *Forum for Development Studies*, 1997, n. 1, p. 125-154.
- BIGSTEN, Arne; LEVIN, Jörgen. Growth, Income Distribution and Poverty: A Review. *WIDER Development Conference on Growth and Poverty*. Helsinki, 25/26 May, 2001.
- CAUFIELD, Catherine. *Masters of Illusion. The World Bank and the Poverty of Nations*. New York: Henry Holt and Co, 1996.
- CHAMBERS, Robert. *Whose Reality Counts? Putting the First Last*. London: Intermediate Technology Publications, 1997.
- CHR. Michelsen Institute. *Norwegian Development Research Catalogue 1990*. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1990.
- DAGDEVIREN, Huyka; van der HOEVEN, Rolph; WEEKS, John. Redistribution Does Matter. Growth and Redistribution for Poverty Reduction. *ILO Employment Paper*, 2001/10.
- GANS, Herbert. The Positive Functions of Poverty. *American Journal of Sociology*, 78,2, 1973.
- HELLAND, Johan. *Norsk utviklingsforskning – utviklingstrekk og utfordringer*. Oslo: Norges Forskningrad, 2001.
- HEYZER, Noelen; SEN, Gita (Eds.). *Gender, Economic Growth and Poverty: Market Growth and State Planning in Asia and the Pacific*. Kuala Lumpur: Asian and Pacific Development Centre, 1994.
- HVOSLEF-KRÜGER, Joachim. Best Practices as Found on the Internet. In: ØYEN, Else et al. *Best Practices in Poverty Reduction. An Analytical Framework*. CROP International Studies in Poverty Research. London: Zed Books, 2002.
- INTERNATIONAL Social Science Journal. The Development Debate: Beyond the Washington Consensus. *International Social Science Journal*, 166, 2000.
- JOHANNESBURG SUMMIT. Disponível em: <<http://www.johannesburgsummit.org>>. Acesso em: 2002.
- NARAYAN, Deepa. *Voices of the Poor. Can Anyone Hear Us?* New York: Oxford University Press, 2000.
- NORWEGIAN Research Council. *Fattigdom, utvikling og miljø, Panelets anbefalinger*. Oslo: Norwegian Research Council, 2002.
- ØYEN, Else. The Politics of Poverty Reduction. *International Social Science Journal*, 162, p. 459-465, 1999.
- ØYEN, Else et al. *Best Practices in Poverty Reduction. An Analytical Framework*. CROP International Studies in Poverty Research. London: Zed Books, 2002.
- ST. CLAIR, Asuncion. The Role of Ideas in the United Nations Development Programme. In: BØAS, Morten; MCNEILL, Desmond (Eds.). *Framing the World: The Role of Ideas in the Multilateral System*. London: Routledge. (no prelo)
- SEN, Amartya. Equality of What? In: MCMURRIN, S. (Ed.). *Tanner Lectures on Human Values*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- STIGLITZ, Joseph. *Globalization and Its Discontents*. London: The Penguin Press, 2002.
- STØLEN, Kristi; VAA, Marike (Eds.). *Gender and Change In Developing Countries*. Drammen, Norway: Norwegian University Press, 1991.
- TVEDT, Terje (1998) *Angels of Mercy or Development Diplomats? NGOs and Foreign Aid*. Trenton and James Currey, Oxford: Africa World Press, 1998.
- UNDP – *Human Development Report*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- UN HIGH COMMISSIONER OF HUMAN RIGHTS – UNHCHR (1966/1976) *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/t/a_ceschr.htm>.
- UN HIGH COMMISSIONER OF HUMAN RIGHTS - UNHCHR (2002) *Human Rights in Development. Draft Guidelines: A Human Rights Approach to Poverty Reduction Strategies*. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/development/povertyfinal>>.
- UNICEF. *Convention on the Rights of the Child*. Disponível em: <<http://www.unicef.org/crc/crc.htm>>. Acesso em: 1989.
- UN MILLENIUM GOALS – MDG. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals>>.
- WORLD BANK. *World Development Report 2000-2001: Attacking Poverty*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WORLD BANK. *Poverty Reduction Strategy Papers*. Disponível em: <<http://www4.worldbank.org/sprojects>>.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future [The Brundland Report]* Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WHO – World Health Organization. *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*. Report of the Commission on Macroeconomics and Health, WHO, 2001.
- WRATTEN, Ellen. Conceptualising Urban Poverty' *Environment and Urbanization*, 7,1, p. 11-36, 1995.